

DUARTE PACHECO PEREIRA E OS POVOS AKAN DA COSTA DO OURO (1505-1522)*.

José Rivair Macedo**

Duarte Pacheco Pereira é uma das figuras emblemáticas do tempo áureo das grandes navegações. Sua vida se confunde com a empresa de Além-Mar, e pode nos servir de espelho para os sucessos e revezes dos homens que se dedicaram a alargar a influência portuguesa no mundo.

Quando nasceu, provavelmente em 1460, seus contemporâneos já se encontravam há décadas estabelecidos nos Açores e na Madeira, tinham ultrapassado o Cabo Bojador e o Cabo Branco, e começavam a explorar a região da Senegâmbia. O avô, Gonçalo Pacheco, desempenhou a função de tesoureiro na Casa de Ceuta, nos primórdios da expansão, e o pai, João Pacheco, foi homem do mar e cabo de guerra.

Para o nosso propósito interessam pouco as diversas controvérsias suscitadas pela sua biografia, que alimentaram acalorados debates entre os eruditos portugueses. Não nos pronunciaremos sobre a delicada questão dele ter ou não assistido a Tomada de Arzila e a ocupação de Tânger em 1471; dele ter estado ou não presente na fundação do Forte de São Jorge da Mina em 1482; dele ter protagonizado ou não a viagem de 1498 à parte ocidental do Mar Oceano, antecipando a localização do Brasil a Pedro Álvares Cabral¹.

Para nós será suficiente constatar que, nas décadas finais do século XV, ele prestou grandes serviços à coroa, motivo pelo qual passou a ocupar posição de destaque nas altas esferas da corte de Avis, como cavaleiro da Casa Real e inclusive como integrante da guarda pessoal de D. João II, em 1490. Sua vivência como homem do mar foi experimentada na prática da navegação do litoral africano, onde observou *in loco* suas terras, povos, e seus acidentes geográficos. Nesse sentido, consta na *Ásia* de João de Barros que, ao retornar da viagem de navegação do Cabo da Boa Esperança, em 1488, Bartolomeu Dias o encontrou adoentado em sua caravela na Ilha do Príncipe,

* Este texto vincula-se ao projeto de pesquisa “Portugueses e africanos no contexto da abertura do Atlântico: séculos XV-XVI”, agraciado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, no período de 2013-2017.

** Departamento de História e PPG de História da UFRGS; pesquisador do CNPQ; Sócio correspondente da Academia Portuguesa da História.

¹ Para os elementos essenciais da biografia de Pacheco Pereira, ver Márcio Pinto. “Duarte Pacheco Pereira e o Esmeraldo de Situ Orbis”, 2006: Disponível em <http://bbdo.no.sapo.pt/documentos/esmeraldo.pdf>

de onde o reconduziu à Lisboa. Esta larga experiência provavelmente é o que explica que tenha tomado parte da comitiva portuguesa que, em 1494, negociou em Tordesilhas o conhecido tratado com os espanhóis, pelo qual as áreas de influência das terras recentemente contactadas foram partilhadas entre ambos os reinos ibéricos.

Sua notabilidade aumentou em janeiro de 1504, quando, como capitão de um dos navios da esquadra que Afonso de Albuquerque levava às Índias, liderou os portugueses na heróica resistência em Cochim, em apoio a um rei local aliado dos portugueses, contra tropas numericamente muito superiores, e melhor aparelhadas, do Samorim de Calicute. Por esse feito foi recebido triunfalmente na capital do reino, e anos mais tarde seria louvado por Luís de Camões, que o celebraria com a alcunha de “o Aquiles Lusitano”. Sua reputação militar era enorme em 1509, quando venceu em batalha naval o corsário francês Mondragon nas proximidades do Cabo Finisterra.

O ESMERALDO DE SITU ORBIS

Navegador, marítimo, homem de armas, Duarte Pacheco Pereira seria também lembrado na posteridade pela autoria de uma das mais importantes obras escritas no tempo da expansão, o tratado de cosmografia e marinharia intitulado *Esmeraldo de Situ Orbis*, composto entre 1505-1508.

É assim que Joaquim Barradas de Carvalho, provavelmente o mais autorizado conhecedor da obra e do autor a apresenta: uma obra de síntese, em que se podem notar elementos da crônica, dos relatos de viagem, dos roteiros e guias náuticos, dos tratados de geografia, com algum toque de filosofia².

Síntese dos conhecimentos náuticos, o *Esmeraldo de Situ Orbis* é também uma suma dos conhecimentos sobre os descobrimentos e conquistas dos portugueses no princípio do século XVI e, junto com os livros do *Códice Valentim Fernandes* nos fornece o quadro mais bem acabado da extraordinária expansão ocorrida a partir da segunda metade do século XV³. Entretanto, ao contrário desta última obra, que se baseia em conhecimento livresco, o *Esmeraldo* tem sua

² Joaquim BARRADAS DE CARVALHO. *A la recherche de la spécificité portugaise: L'Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes découvertes*. Paris: Centre Culturel Portugais; Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 399-400.

³ *Códice Valentim Fernandes*, oferecido pelo acadêmico titular fundador Joaquim Bensaúde. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1947.

fundamentação em grande parte na experiência do autor e de outros homens do mar, com quem conviveu durante anos a fio⁴.

Ao estabelecer a genealogia intelectual do livro, identificando as fontes de referência mais frequentes que lhe dão sustentação, Barradas de Carvalho nota uma dupla situação: por um lado, Pacheco Pereira recorreu aos clássicos da literatura geográfica, citando aqui ou acolá eruditos greco-romanos (Cláudio Ptolomeu, Plínio, Estrabão e Pomponius Mela - em quem, provavelmente, buscou inspiração para o próprio título da obra), sábios muçulmanos (Alfragano) e os enciclopedistas medievais (Vincent de Beauvais e João de Sacrobosco), além, como era de se esperar, dos textos bíblicos⁵. Mas o essencial e original de seu pensamento provém mesmo de suas vivências. Nesse sentido, Pacheco Pereira integra a casta desses homens novos, criados pela expansão, cujo horizonte do olhar se dilatou na medida em que a realidade do mundo foi sendo alargada. Numa passagem, ao explicar a razão do topónimo Serra Leoa, diz ser falsa a explicação de que assim seria por ali haver leões, porque Pedro de Sintra, o descobridor daquela terra, assim a teria denominado “*por ver ua terra tão áspera e braua*”⁶. A escrita provém em grande parte daquilo que ele viu e do que experimentou ao praticar a navegação durante anos a fio nos Rios da Guiné. Isto lhe permitiu ir além dos antigos e distinguir o real do imaginário na imagem do mundo típica dos tempos antigos e medievais. No princípio do segundo livro do *Esmeraldo*, ele reduz à condição de fábula a ideia até então aceita da existência de uma zona tórrida, inabitável, situada abaixo do equador:

“A experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar, os quais disseram que toda a terra que jaz debaixo do círculo equinocial era inabitável, pola grande quentura do sol. E isso achamos falso e pelo contrário: porque adiante do rio do Gabão é achado um promontório baixo e

⁴ Este aspecto tem sido sublinhado por diferentes pesquisadores que estudaram a obra, entre os quais Elby Aguiar MARINHO. “Imaginário e experiência no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira (séculos X-XVI)”. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás, 2008; Camila Fernandes de SOUZA. “O *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira: mudanças e permanências epistemológicas em Portugal no século XVI”. Dissertação de Mestrado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

⁵ Joaquim BARRADAS DE CARVALHO. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

⁶ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Introdução e anotações históricas por Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 118-119.

delgado, a que em nossa língua o Cabo de Lopo Gonçalves chamamos, o qual tomou o nome do capitão que o descobriu...⁷.

Além do posicionamento intelectual novo, crítico, em relação aos modelos antigos da literatura geográfica, também se pode extrair da passagem o sentido e finalidade de todo o *Esmeraldo*. Tratava-se de descrever os principais marcos referenciais das terras e mares tocados pouco antes pelos portugueses, as rotas de navegação, a localização de baías, cabos, promontórios ou enseadas; os lugares mais apropriados para a atracagem das caravelas; os ventos, marés e as embocaduras dos rios; os acidentes geográficos dignos de nota; e, para o que nos interessa muito particularmente, os costumes dos povos que habitavam o litoral da África ocidental, ou, como aparece nomeada no *Esmeraldo*, da Etiópia. Embora no quarto livro sejam mencionadas as rotas das Índias, os povos dessa parte do mundo não são mencionados.

O tratado é dividido em quatro livros, organizados de acordo com os conhecimentos geográficos e náuticos das partes do Velho Mundo incorporadas ao domínio português. As informações encontram-se organizadas e divididas de acordo com o período de governo dos príncipes de Dinastia de Avis. No primeiro livro, segue-se ao fornecimento das coordenadas gerais do ecúmeno e da indicação das antigas rotas marítimas a descrição das novas rotas e terras alcançadas no tempo do Infante Dom Henrique (cap. 22-33), que compreendia o extenso litoral do noroeste africano, do Senegal até Serra Leoa. No segundo, descreve as rotas e rios da Costa da Guiné até a região da Costa do Ouro (ou, como aparece na documentação portuguesa, a Costa da Mina), contactados no tempo de D. Afonso V. No terceiro, respectivamente, o litoral da África central e austral, do Gabão até o Cabo da Boa Esperança, navegados no período de governo de D. João II, e no quarto, os territórios do litoral oriental africano e das Índias que acabavam de cair sob domínio lusitano ao tempo de D. Manuel I.

SENEGÂMBIA E COSTA DO OURO

O *Esmeraldo de situ orbis* constitui talvez o mais eloquente testemunho do processo de incorporação do universo africano à visão de mundo cristã. O que transparece desde a nomeação dos acidentes geográficos e dos povos daquela parte do mundo. Conhecer, nomear e caracterizar

⁷ IDEM, p. 160.

eram, nesse caso, operações mentais pelas quais todo um mundo que se descortinava tornava-se palpável, mais próximo, conhecido. Tratava-se de uma apropriação mental, simbólica, do espaço africano, que ocorria em paralelo a uma apropriação efetiva, material, de pontos estratégicos do litoral ocidental daquele continente.

Na denominação dos povos, os etônimos ou topônimos africanos são transportados para a língua portuguesa, ganhando sonoridades novas, ressignificadas, mas neles se reconhece a marca original, como Çanagá, Tambuctu, Jalofo, Beni, Mandinga, Guabu. Outras vezes, os povos são nomeados por suas particularidades físicas, como os negros da Guiné que habitavam às margens do rio de Alagoa, a que se diz serem chamados pelos portugueses de “beijudos”, ou outro povo vizinho, que habitava a Aldeia do Torto: “*E este nome Torto lhe foi posto por que o senhor dessa aldeia era torto*”⁸.

O ideário cristão é a todo instante projetado no ambiente natural, o que o torna mais familiar, aparentemente mais próximo da realidade lusitana: montes e serras, cabos e enseadas, ao serem batizados (ou rebatizados) com nomes de santos ou eventos da cristandade acabam por ser refundidos, assimilados ao universo mental lusitano⁹. Assim ocorre com o Cabo de São Roque, a Serra de Santa Apolónia, ou o Forte de São Jorge, para ficar apenas nesses. O ato de nomear reproduz ainda o caráter utilitário atribuído àquelas terras, fixando na memória o que tinham de valor aos olhos dos navegadores: a “Costa da Malagueta”, o “Rio dos Escravos”, e, para não esquecer a denominação que se tornaria a mais célebre, a “Costa da Mina”, isto é, onde abundava o ouro¹⁰.

Espécie de fotografia do real, o *Esmeraldo* preocupa-se mais com a ordem das coisas do que com a ordem das idéias. Todo o texto se move no campo do imediato, de modo que sua estrutura

⁸ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 141.

⁹ Reproduzia, neste ponto, um traço comum do comportamento dos navegadores portugueses, que deste modo enquadravam mentalmente espaços recentemente descobertos nos modelos bem conhecidos de sua própria visão de mundo. Nesse sentido, ver “Velhos, novos e mutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas ‘religiosas’ de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521). *Lusitania Sacra* (Universidade Católica Portuguesa), 2ª série, nº 18, 2006, pp. 13-85; Maria da Graça A. Matheus VENTURA. “O batismo do(s) novo(s) mundo(s): a toponímia como sistema de leitura do mundo”. In: VVAA. *Vasco da Gama: homens, viagens e culturas* (Actas do Congresso Internacional, 4 A 7 DE NOVEMBRO DE 1998). Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 279-304.

¹⁰ Com o tempo, o termo passou a designar, de modo genérico, os próprios povos que habitavam os territórios litorâneos, homogeneizando distintos grupos étnicos que ao serem enviados como cativos ao Novo Mundo passavam a ser chamados simplesmente de “minas”, conforme Robin LAW. “Etnias de africanos na Diáspora: novas considerações sobre o significado do termo ‘mina’”. Revista Tempo (UFF), nº 20, 2006: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=48>

narrativa, os critérios de seleção e de escolha dos assuntos são de ordem eminentemente material, econômica. O texto é dirigido àqueles interessados em participar do lucrativo comércio aberto nas carreiras da Senegâmbia e principalmente na “Costa da Mina”, e o historiador Luís Filipe Barreto detectou este traço fundamental de sua composição ao afirmar que: “*o seu discurso é uma exposição informativa para uma melhor e maior economia do risco e do lucro na navegação da costa ocidental africana*”¹¹.

No segundo e no terceiro livros, que são os mais ricos em informações, tem-se então, em ordem descritiva, a caracterização das rotas e dos pontos de comércio, os produtos que se podiam encontrar, pelo que poderiam ser trocados, e a descrição sumária dos respectivos povos nativos, suas atividades e suas particularidades culturais. Maior ou menor atenção dependem do grau de importância das mercadorias disponíveis para o comércio, em primeiro lugar o ouro, depois os escravos e a pimenta malagueta. Locais e povos são simplesmente postos de lado quando não dispõem de algo que represente valor mercantil, como a terra situada próxima ao Rio do Lago, onde “*não há comércio nem coisa de que se possa tirar proveito*”, ou o Rio das Galinhas, que, por não ter proveito, “*nem ousou falar nelle*”, ou ainda o Rio dos Escravos, onde, “*por não haver comércio nem outra coisa digna de memória, não convém que gastemos tempo de nele mais falar*”¹².

A imagem dos povos africanos que se reproduz no *Esmeraldo de situ Orbis* não é de modo algum positiva. Os termos empregados para descrever os jalofos e os mandingas, “*gente viciosa e de pouca paz*”, ladrões, mentirosos, ingratos, bêbados, luxuriosos, mal agradecidos, “*e todolos males que há-de-ter um mal, eles os tem*”, repetem-se ao longo da obra para outros povos. A recusa se deve a motivos religiosos: por serem maometanos, por serem circuncidados, ou por serem pagãos - como os povos de Serra Leoa e do Benin, onde abundam gentios e idólatras¹³.

Os motivos podem ser também de outra natureza. Os negros de Serra Leoa são considerados nefastos e perigosos por fazerem guerra naval e atacarem com setas envenenadas, enquanto nos Rios da Guiné haviam povos canibais, entre os quais os habitantes da província de Mumu e os

¹¹ Luís Felipe BARRETO. “Duarte Pacheco Pereira e a ordem do discurso empírico”. In: IDEM. *Descobrimientos e Renascimento: formas de sentir e de pensar nos séculos XV-XVI* (Temas portugueses). Lisboa: Comissariado par a XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura, 1985, p. 219.

¹² Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, pp. 128, 148, 151.

¹³ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, pp. 97, 108, 116, 148.

povos denominados Jos¹⁴. Somadas às “alimárias bravas” e às febres e doenças de todo tipo, a África é mostrada como uma terra de grandes riscos e perigos.

Riscos entretanto que valia a pena correr. A todo instante Pacheco Pereira aponta os produtos que interessavam aos negociantes portugueses e sua equivalência em cauris e manilhas de ferro ou de latão. A mercadoria mais indicada é humana: escravos, obtidos em diferentes pontos de troca, para serem levados nas embarcações, nem sempre até Lisboa. Junto com tecidos de algodão, peles de leopardo, óleo de palma e cauris, serviam de moeda de troca por ouro no incipiente comércio mantido com mercadores africanos no Forte de São Jorge da Mina.

O centro da narrativa é a descrição desta edificação construída em 1482, para funcionar como pólo de atracção das atividades dos portugueses na Costa da Mina, principalmente ligadas ao comércio do ouro.

Para lá se dirigiam mercadores provenientes de diversas localidades, especialmente aqueles de origem mandinga, chamados wangara, que eram tradicionais mercadores de ouro¹⁵. Em sua própria vizinhança formou-se a aldeia de Duas Partes, onde se constituiu uma casta de homens provenientes das aldeias locais que passaram a se dedicar, ou a intermediar, o lucrativo negócio do ouro¹⁶.

Era ali que se processava o resgate da maior quantidade de ouro fino, avaliada por Pacheco Pereira em 170 mil dobras anuais, num negócio em que se ganhava o equivalente a cinco vezes o dinheiro investido¹⁷. Tamanha riqueza justificava os riscos e os perigos.

OS POVOS AKAN

¹⁴ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, pp. 119-120, 146, 153.

¹⁵ Um dos objetivos essenciais dos contatos com os povos da costa atlântica africana era estabelecer contato com esses mercadores africanos que detinham o controle das rotas do interior, integrando os artigos de valor comercial do litoral com a circulação do ouro que escoava através do comércio transaariano, algo que passou a ocorrer desde as últimas décadas do século XV. Nesse sentido, ver Denise BRÉGAND. *Commerce caravanier et relations sociales au Bénin: les Wangara du Bourgou*. Paris: Hartmann, 1998.

¹⁶ Para uma visão de conjunto das relações comerciais entre portugueses e africanos, a obra essencial continua ser a de John VOGT. *Portuguese rule on the Gold Coast: 1482-1682*. Athens: Georgia University Press, 1979, cap. 3 – Trade and Africans relations, pp. 59-90.

¹⁷ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, pp. 138, 143. Sobre o impacto econômico do ouro obtido no litoral africano, ver Ana UNALI. “Aspettativi economiche nelle relazione di viaggio in rapporto all’explorazione dell’Africa occidentale: il commercio dell’oro”. In: VVAA. *Bartolomeu Dias e sua época* (Actas). Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, vol. III, pp. 45-58; João Cordeiro PEREIRA. “Resgate do ouro na Costa da mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião”. *Studia* (IICT – Lisboa) n° 50, 1991, pp. 5-48.

Deixemos agora de lado o testemunho do intelectual, do escritor, para recorrer ao testemunho do homem público, do representante do rei de Portugal. Porque a última atividade pública de Duarte Pacheco Pereira transcorreu em São Jorge da Mina, onde desempenhou o cargo de capitão entre os anos 1519-1522. Era um posto de prestígio nos quadros político-administrativos do reino devido a grande importância do trato do ouro da Guiné na primeira metade do século XVI. Mas um cargo cercado de grande responsabilidade administrativa e fiscal, mantido sob estrita vigilância da monarquia. Um cargo que deve ter lhe causado profundo dissabor, pois muito provavelmente devido a boatos e denúncias infundadas acabou por retornar à Lisboa à ferros, foi mantido preso até ser julgado e inocentado das acusações mais graves por falta de provas¹⁸. Tornou-se por isso um exemplo do herói decaído, vítima do reverso da fortuna e da ingratidão, despertando a inconformidade de escritores ilustres, entre os quais Luís de Camões e Damião de Góis.

Nos atos e documentos emanados das ações administrativas do capitão Duarte Pacheco Pereira, nada há da vivacidade e do vigor da narrativa do *Esmeraldo*. Aqui são simples mandados, breves e secos, ordens para serem executadas, em geral de caráter contábil.

Não obstante sua brevidade, e seu caráter repetitivo, quase monótono, constituem testemunhos preciosos da vida real que pulsava na feitoria e em seu entorno, e podem nos ensinar muito a respeito das primeiras relações mantidas entre portugueses e africanos na África subsaariana.

Os documentos em causa são mandados de execução de tarefas ao feitor ou almoxarife. Alguns dão ciência da entrada e saída de mercadorias, principalmente escravos. A maior parte diz respeito à oferta de objetos e utensílios a governantes, familiares de governantes ou enviados de governantes dos pequenos estados situados nas imediações de São Jorge da Mina ou nas proximidades do litoral. Os objetos oferecidos com maior frequência são pedaços de tecido de variada dimensão, mantos, túnicas, bragas e lenços; barretes, bacias de metal; animais, como cabras, porcos e bois; e vinho.

¹⁸ Sobre esse momento da vida de Pacheco Pereira, o estudo essencial, e único, continua a ser o de Avelino Teixeira da MOTA. “Duarte Pacheco Pereira, capitão de São Jorge da Mina”. *Mare Liberum* (UNL - Lisboa), nº 1, 1990, pp. 1-27. Trata-se de estudo póstumo, publicado por Luís de Albuquerque em homenagem ao grande pesquisador das navegações atlânticas portuguesas, em cujos planos estava a redação de um livro sobre Duarte Pacheco Pereira.

Os presentes eram oferecidos basicamente pelas mesmas razões: por ocasião da chegada no forte dos governantes, familiares ou seus representantes; ou por ocasião do envio de emissários ou intermediários à serviço dos portugueses aos governantes em seus próprios reinos, como forma de agrado pela conclusão de negócios, pela garantia da segurança nas rotas, ou pelo apoio prestado aos portugueses na abertura dos caminhos do “sertão”. Assim, no início do ano de 1521 é autorizada a entrega de uma aljarávia, isto é, uma túnica de meias-mangas com capuz, junto com um barrete vermelho, duas varas e meia de lenço nabal ao emissário do rei de Abermus, “*por ser asy costume de todos os capytães desta cidade de ho mandarem dar por ser per aly ho caminho por onde todos os mercadores vem pra esta fortaleza*”¹⁹.

Do documento citado convém reter o termo *costume*. Realmente, os documentos firmados por Duarte Pacheco Pereira não contém qualquer particularidade. Reproduzem os mesmos termos e as mesmas ações dos oficiais da monarquia portuguesa anteriores e posteriores. Na verdade, a margem de iniciativa pessoal em São Jorge da Mina era muito pequena devido ao rígido controle administrativo imposto pela coroa no trato da Guiné. Capitães, feitores, almoxarifes, escrivãos, porteiros e outros oficiais ou moradores estavam submetidos a uma legislação severa e a determinações especificadas claramente na legislação.

Menos controladas e supervisionadas no princípio, durante o governo de D. João II, as atividades comerciais e sua gestão passaram a ser regulamentadas de modo bastante detalhado durante os reinados de D. Manuel I e D. João III, através do *Regimento das Casas das Índias e da Mina* (1509) e das *Ordenações e Leis do Comércio da Guiné* (1512-1513). Na condição de servidores assalariados, capitães e demais servidores deviam seguir estritamente as regras, desde o estabelecimento dos contatos com os mercadores locais até a pesagem, acondicionamento e transporte do ouro obtido, sob o peso de severas penas reservadas aos infratores, que variavam desde a prisão até a morte.

Ao consultar o *Regimento de São Jorge da Mina*, promulgado em 07/02/1529 por D. João III, portanto alguns anos após a gestão de Duarte Pacheco Pereira, percebe-se que a relação com as populações locais era a peça-chave do funcionamento da feitoria, e a principal incumbência do capitão era mantê-la em condições adequadas para que as atividades comerciais tivessem livre curso. Ele devia impedir que essas populações entrassem no forte ou nas residências dos

¹⁹ Mandado do Capitão Duarte Pacheco Pereira, 07/01/1521. In: ANTT, CC, II, 93-97.

moradores, que elas entrassem em contato direto com as embarcações que chegavam ou partiam para o reino, e o motivo é claro: evitar o contrabando de ouro ou de outras mercadorias, conforme consta explicitamente no capítulo 20. Por outro lado, devia tomar todas as medidas necessárias para que os povos da vizinhança se mantivessem em paz, entre si e com a fortaleza, de modo que nada obstruísse a circulação de mercadores e mercadorias, conforme consta no capítulo 13:

“O dito capitão trabalhe sempre, quando poder, de haver boa paz e amizade entre todos os moradores da terra com a dita cidade, e os negros huns com os outros, assim os de perto como os de longe, dando-lhe pera isso todo o conselho e bons exemplos, pera que vos tenham em conhecimento, descanso e proveito que sempre delo terão, assim pera seu melhor viver, como pera outro uzo das ditas moradorias a que as guerras e contendias são muito contrárias e variasas, e o bem e proveito de todos”²⁰.

Evitar as guerras e as contendias não era tarefa simples num ambiente como o dos povos da Costa do Ouro, onde a guerra e a captura de escravos funcionavam como os dispositivos mais eficientes acionados pelos micro-estados par angariar e exercer poder²¹. Situado em posição privilegiada na costa ocidental africana, o Forte de São Jorge da Mina foi edificado em pleno território dos povos akan, e teve que se adaptar a uma situação em que a o equilíbrio repousava numa base muito frágil. A solução encontrada desde o princípio foi a negociação com os reizetes mediante a oferta de agrados e presentes para garantir a manutenção de relações estáveis e pacíficas, algo que o pesquisador africano Ballong-Wen-Mawuda denominou de “diplomacia dos presentes”²². Para os portugueses, tratava-se de tranquilizar e mesmo adular os chefes e indivíduos influentes para atingir o objetivo maior pretendido, enquanto do lado africano tais ofertas provavelmente eram interpretadas como o reconhecimento de sua hegemonia.

Como quer que tenha sido, a oferta de presentes era o dispositivo pelo qual se podia manter a situação dentro de certo controle. Daí a menção a presentes para chefes de tantos povos, como os

²⁰ Regimento do Capitão da cidade de São Jorge da Mina. Publicado por Jorge FARO. “Estevão da Gama capitão de São Jorge da Mina e a sua organização administrativa em 1529”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (Lisboa) vol. XII, nº 47, 1957, p. 413.

²¹ O papel da guerra e do comércio no equilíbrio de poder regional dos micro-estados dos povos akan da Costa do Ouro foram estudados em profundidade por Yann DEFFONTAINE. *Guerre et société au royaume de Fetu (Efutu) des débuts Du commerce atlantique à la formation de la confederation fanti* (Côte d’Or, 1471-1720). Ibadan: Institut Français de Recherche en Afrique (IFRA); Paris: Kartjhal, 1993, cf. Resenha de Claude-Hélène PERROT. *Cahiers d’Études Africaines* (paris), vol. 35 nº 138, 1995, pp. 691-692 .

²² J. Batoora BALLONG-WEN-MEWUDA. *São Jorge da Mina* (1482-1637). Lisbonne- Paris: Foundation Calouste Gulbenkian; Commission Nationale pour les Commemorations des Decouvertes Portugaises, 1993, vol. 2, pp. 400-407.

Abermus, os Labidam, os Afuto (Fetu), Aca (Akan), Amta, Asas ou Assans (Wassas) e os Comanes. A feitoria dependia principalmente do favor e da amizade dos *omanhene* (chefes) de Eguafó e de Fetu, cujos territórios eram cortados pelas rotas percorridas pelos negociantes; dependia que permanecessem em paz e que não se aliassem, pois uma coalizão entre eles seria suficiente para ameaçar as atividades e talvez a própria permanência dos portugueses na região.

Foi assim que, em 1519, o capitão Fernão Lopes Correia, antecessor de Pacheco Pereira, enviou emissários ao *omanhene* de Afutu (Feutu) para presentear-lo com quatro túnicas marroquinas (djellabas), pela paz firmada com o povo da Aldeia, e com um cobertor de lã muito felpuda para estimulá-lo a fazer o mesmo com o governante de Eguafó²³. Um ano depois, para celebrar a paz entre o povo dos Asas (Wassa), grande produtor de ouro, e o povo vizinho de Adom, um dos filhos do rei dos Asas foi enviado ao forte para dar notícia da boa nova a Pacheco Pereira, tendo sido recebido com as honras dignas de sua posição, e sido presenteado com uma cabra e uma capa de lã marroquina (albornoz) para que os levasse e entregasse ao irmão do rei, que intermediou o fim do conflito²⁴.

Deste modo, embora os chefes e as elites locais tivessem reconhecido a inevitabilidade do estabelecimento europeu, procuraram resguardar sua iniciativa e manter intacta sua área de influência, deixando aos recém-chegados a tarefa da preservação do equilíbrio local, sem grande margem de interferência ou intromissão em seus respectivos reinos. Ao estudar as formas e condições dos contatos na Costa da Mina nas duas primeiras décadas do século XVI a pesquisadora Maria Emília Madeira Santos notou este ponto, e chegou à seguinte conclusão: “*ao disporem-se a participar no circuito comercial inter-continental, estas populações fizeram depender da sua iniciativa o sucesso do estabelecimento e limitaram a eficácia a qualquer tentativa de intromissão estranha na sua política, mesmo quando o contacto veio a ser disputado aos portugueses por outros europeus*”²⁵.

O BENIN

²³ Mandado de Fernão Lopes Correia, 25/09/1519. In: ANTT, CC, II, 85-7; Mandado de Fernão Lopes Correia, 26/09/1519. In: ANTT, II, 85-8.

²⁴ Mandado de Duarte Pacheco, 12/11/1520. In: ANTT, CC, II, 92-91.

²⁵ Maria Emília Madeira SANTOS. “Caminhos e contatos comerciais na Costa da Mina durante as duas primeiras décadas do século XVI”. In: VVAA. *A abertura do mundo: estudos de História dos descobrimentos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 117.

Fica entretanto patente que a turbulência nas relações entre os micro-estados litorâneos akans não significava obstáculo à presença portuguesa. As relações fragmentadas e instáveis, na realidade, conferiam aos representantes da coroa boa margem de manobra, o que provavelmente seria bem mais difícil no caso da existência de hegemonias exercidas por formações estatais centralizadas. Isto se pode observar com clareza na relação tensa e oscilante mantida com o reino do Benin durante o período de governo Edo - estado situado a dezenas de quilómetros para o interior da Costa de onde provinha o maior número de escravos que, como assinado anteriormente, era uma das moedas de troca na obtenção do ouro akan²⁶.

Chama de imediato a atenção o fato de não constar nos documentos da feitoria durante a gestão de Pacheco Pereira qualquer indicação sobre os negócios com o Benin. Tal silêncio é estranho, considerando a importância estratégica daquele Estado e considerando as informações fornecidas no *Esmeraldo de Situ Orbis*, onde o autor informa ter ido até o Benin em quatro diferentes ocasiões²⁷. O silêncio não se deve, pois, ao desconhecimento, mas a algum outro aspecto que demanda esclarecimento.

O início dos contatos dos portugueses com o Benin remonta aos anos 1471-1475, mas foi entre 1484-1486 que o negociante João Afonso de Aveiro firmou negociações diretas com o obá Ozulua, que governou no período situado entre 1481-1504. As relações tornaram-se mais frequentes no período de governo de Esigie, que governou entre 1504-1550. A estratégia adotada pelos portugueses foi a de sempre: envio de missionários para a conversão ao cristianismo e, sob o manto da nova fé, a fundação de uma feitoria no Rio Gwato (Ughoton), a partir de onde escoavam a pimenta malagueta e os escravos. O sucesso dos contatos é retratado nas crônicas de João de Barros e Garcia de Rezende, e relatado na conhecida carta que o missionário Duarte Pires enviou a D. Manuel I em 1516, onde informa o rei sobre os progressos da evangelização e sobre sua proximidade com o obá, a quem acompanhava nas guerras²⁸.

²⁶ Para a visão de conjunto destas relações, ver Alberto da COSTA E SILVA. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002, pp. 309-324.

²⁷ Duarte PACHECO PEREIRA. *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 149, onde consta que: “E até Hugató podem ir navios pequenos de grandura de cinquentia tonéis. E esta cidade terá uma légua de comprido de porta a porta, e não tem muro; somente é cercada de uma grande cava muito larga e funda, a qual abasta pèra sua defensão; e eu fui nela quatro vezes; e tem as casas de taipas cobertas de palma”.

²⁸ Avelino Teixeira da MOTA. “Novos elementos sobre a acção dos portugueses e franceses em Benim na primeira metade do século XVI”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (Lisboa), vol 7 nº 25, 1952, pp. 525-531.

Num estudo detalhado sobre essas relações bilaterais, o pesquisador inglês Allan F. C. Ryder demonstra que a presença portuguesa nunca teve significado maior para os obás do Benin, cuja posição oscilou entre a indiferença e a hostilidade, sobretudo após a ascensão ao poder de Esigie²⁹. Após uma primeira fase de abertura de contatos, e com a intensificação das relações comerciais, Esigie parece ter progressivamente reconsiderado a posição inicial de seu antecessor, ampliando as exigências para a continuidade das negociações, pretendendo receber armas de fogo. Já em 1514 o piloto Brás Gil, numa carta enviada a D. Manuel, queixava-se de que o obá do Benin lhe tinha tomado à força uma bombarda³⁰. As dificuldades aumentaram quando Esigie passou a restringir a oferta de escravos do sexo masculino, oferecendo preferencialmente escravas³¹, e quando passou a negociar paralelamente com contrabandistas da ilha de São Tomé. Nessas condições, a implantação do cristianismo também não era favorecida, e em 1539, numa carta dirigida a D. João III, três franciscanos, Mestre Miguel Magro, Frei Francisco e Frei Antônio, afirmam encontrarem-se em cativeiro e que Esigie, que tinha sido batizado em 1514 havia retornado à idolatria, ordenando sacrifícios humanos e perseguindo os cristãos³².

É muito provável que, em virtude desse tipo de dificuldades, a coroa portuguesa tenha também reconsiderado sua posição inicial e optado pelo caminho mais simples, abandonando o contato direto e transferindo aos mercadores de São Tomé a continuidade das negociações que envolviam o tráfico com o Benin. Numa carta de 1520 enviada pelo rei a Duarte Pacheco Pereira e aos demais oficiais de São Jorge da Mina, entre diversos assuntos consta a recomendação de que fossem enviados à Ilha de São Tomé as mercadorias utilizadas no comércio com os rios, entre os quais o Rio Gwato, deslocando para os ilhéus a responsabilidade dos contatos posteriores³³. Elas transcorreram normalmente durante a década de 1520, de modo que em 1526 os mercadores do navio São João trocaram no Benin 3959 manilhas por 80 escravos³⁴.

²⁹A. F. C. RYDER. *Benin and the Europeans: 1485-1897*. London: Longman group, 1977, pp. 22-54.

³⁰Antônio Almeida MENDES. “Uma contribuição para a história da escravatura no Benim: o Livro de Armação do Navio São João (1526)”. *Africana Studia* (Porto) nº 5, 2002, p. 31.

³¹A. F. C. RYDER. *Benin and the Europeans: 1485-1897*. London: Longman group, 1977, p. 45.

³²Documento nº 29 - Carta dos missionários do Benin a D. João III, 30/08/1539. In: Antônio BRÁSIO (ed). *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963, vol 2, pp. 79-80.

³³Carta de El-Rei para o capitão e oficiais de S. Jorge da Mina, com disposições vários relativos ao comércio, ANTT, Núcleo Antigo, nº 16, fols. 153v-156. Ver Avelino Teixeira da. MOTA. “Duarte Pacheco Pereira, capitão de São Jorge da Mina”, art. cit., p. 7.

³⁴Antônio Almeida MENDES. “Uma contribuição para a história da escravatura no Benim: o Livro de Armação do Navio São João (1526)”, art. cit., p. 32.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se dizer que a documentação produzida por Duarte Pacheco Pereira fornece um quadro muito completo tanto das possibilidades quanto dos limites e impasses decorrentes das primeiras relações entre portugueses e africanos da costa ocidental nas duas primeiras décadas do século XVI. Primeiro, como escritor, onde relata e descreve o cenário ideal em que se deram essas relações, e depois como oficial da coroa, onde testemunha de modo direto as condições reais em que tais relações transcorreram. Embora os registros administrativos produzidos sobre a Costa da Mina e sobre a feitoria de São Jorge sejam aparentemente lacunares, completam e dão vida às impressões soltas registradas no *Esmeraldo de Situ Orbis*. Ao articular os dados desses dois tipos de testemunho, compreende-se melhor o porque da representação negativa que ele fazia dos africanos: é que os interesses daqueles povos nem sempre correspondiam aos dos portugueses, e para atingir os objetivos da expansão seria preciso muito trabalho diplomático, político, e militar. Faltava muito para que a África viesse a ser, de fato, incorporada e conquistada.